

CRISE E CONTESTAÇÃO NA EUROPA. A PROPÓSITO DAS MANIFESTAÇÕES PORTUGUESAS DE 2012

Célia Taborda Silva
Universidade Lusófona do Porto
celia.taborda@ulp.pt

Resumo

No ano de 2008 uma crise financeira deflagrou nos Estados Unidos da América e depressa se estendeu ao resto do mundo. Relacionada com o *subprime*, esta crise esteve associada à especulação imobiliária, alavancada pelo setor bancário. De início a Europa pensou que a "bolha imobiliária" que rebentou nos E.U.A, levando à falência bancos e empresas de investimento, era um problema estritamente americano, mas a exposição das economias europeias aos mercados internacionais revelou o contrário, e depressa se verificou que os sectores imobiliários e financeiros europeus também estavam à beira da ruína. Alguns países para não entrarem em bancarrota tiveram que pedir apoio financeiro externo, foi o caso da Grécia, Irlanda e Portugal. A ajuda concedida pela *Troika* (União Europeia, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional) preconizava um plano de austeridade drástico, que trouxe desemprego e precariedade.

Por toda a Europa realizaram-se grandes manifestações de protesto, especialmente nos países que receberam ajuda internacional. Em Portugal, este contexto de dificuldades e insatisfação generalizadas propiciou o surgimento de várias manifestações no espaço público ao longo do ano de 2012.

A crise económico - financeira tornou novamente centrais problemas materiais que já estavam ultrapassados e as novas tecnologias de comunicação ampliaram os protestos dela resultante, dando origem a uma massificação da contestação pública, que não ficou restrita às escalas nacionais ou a grupos específicos mas que se tornou global pela partilha de dificuldades e pela busca de valores comuns, nomeadamente uma democracia mais participativa.

Palavras-chave: crise, contestação, Europa, Portugal

Abstract

In the year 2008 a financial crisis started in the United States of America and quickly spread to the rest of the world. Subprime-related, this crisis was linked to property speculation, leveraged by the banking industry. At first the Europe thought the "real estate bubble" that burst in the US, leading to the bankruptcy of investment banks and companies, was a strictly American problem, but the exhibition of European economies to international markets showed otherwise, and quickly it was found that the real estate and financial sectors Europeans also were on the verge of ruin. Some countries not to enter bankruptcy had to ask for external financial support, was the case of Greece, Ireland and Portugal. The aid granted by the Troika (European Union, European Central Bank, International Monetary Fund) advocated a drastic austerity plan, which brought unemployment and precariousness.

Throughout Europe there were large protests, especially in the countries that received international aid. In Portugal, this context of difficulties and generalized dissatisfaction led to the emergence of the platform "screw the Troika-we want our lives" (QSLT), who later would become a social challenge and movement organized a big demonstration on day 15 of September 2012 and other later.

The financial crisis has made central problems again materials that were already outdated and the new communication technologies have amplified the resulting protests, giving rise to a mass of public dispute that was not restricted to scales nationals or the specific groups but that became the global sharing of problems and the search for common values, namely a more participatory democracy.

Keywords: crisis, protests, Europe, Portugal

1. Introdução

A Europa tem vivido desde 2008 em crise económica e financeira. Não é a primeira crise do capitalismo, nem certamente será a última, mas afigura-se, até agora, como a mais grave depois da de 1929. Esta crise, que deflagrou nos Estados Unidos da América, depressa se estendeu ao resto do mundo. De início, a Europa pensou que a “bolha imobiliária” que rebentou nos E.U.A, levando à falência bancos e empresas de investimento, se restringia à América, mas rapidamente se verificou o contrário. A exposição das economias europeias aos mercados internacionais globalizou a crise, revelando que os sectores imobiliários e financeiros europeus também estavam à beira da ruína. Praticamente toda a zona euro foi afetada por esta crise, embora uns tenham demonstrado maior capacidade de a gerir que outros. Alguns países, para não entrarem em bancarrota, tiveram que pedir apoio financeiro externo, foi o caso da Grécia, Irlanda e Portugal.

A teoria mais generalizada para explicar a crise fundamenta-se na liberalização da economia e dos mercados financeiros, no “laissez-faire” de que Keynes era tão crítico (1972). No entanto, o economista Leandro Roque (2013), apresenta uma versão diferente (muito na linha de pensamento da escola austríaca), mostrando que o não intervencionismo do governo americano não existiu e que a crise se deveu mais à sua intervenção do que ausência dela.

Indiferentes às teorias, os cidadãos comuns, que sentem os efeitos económicos mais do que os entendem em profundidade, culpam o capitalismo desregulado e a política neoliberal seguida por alguns governos a nível mundial, pela situação económica que se estava a viver. A crise de 2008 veio mostrar a vulnerabilidade do capitalismo no mundo globalizado e a pouca eficácia dos estadistas para a resolver. Esta crise financeira trouxe aos europeus austeridade, desemprego e precariedade, o que provocou um grande descontentamento popular, como ficou demonstrado pela onda de manifestações de protesto que irrompeu na Europa entre 2011 e 2013, especialmente nos países que receberam ajuda internacional.

A ação coletiva na Europa tem sido uma variável constante ao longo da sua História embora com repertórios de ação inovadores (Tilly, 1986, 2004). Contudo, esta crise e subsequente austeridade desencadeou uma nova vaga de protestos que congregou repertórios com características dos “antigos” e dos “novos” movimentos sociais (Silva, 2012), trazendo novamente para a ribalta as questões materiais. Desde que as reivindicações do movimento operário, surgido no século XIX, foram sendo satisfeitas, outras reivindicações foram surgindo, mais relacionadas com questões sociais e culturais e menos materialistas, cujos atores sociais eram mais plurais e menos classistas que no movimento operário. O que se verifica na contestação que ocorreu nos países que serão aqui mencionados é a coexistência de reivindicações materiais, com outras sociais e culturais, conjugadas com a utilização das novas tecnologias. Estruturalmente, podemos dizer que há um retorno às questões económicas na base das

mobilizações sociais, mas com um caráter mais ético e menos classista, não são protestos propriamente pela aquisição de direitos, como aconteceu no movimento operário, mas contra a subjugação a interesses económicos que colocam em causa direitos adquiridos e a própria dignidade humana. Edward Thompson verificou que na base dos motins de subsistência do século XVIII estava a rutura do que ele chamou de “economia moral”. Mais do que a carência o que fazia os povos revoltarem-se era o rompimento das regras de funcionamento do mercado, era a quebra dos valores morais (1979). Aqui, tanto ou mais do que a crise económica, é a gestão “moral” que os políticos fizeram da mesma, ao defenderem de forma desenfreada os interesses dos grandes grupos financeiros e esquecendo os indivíduos, o que revoltou as pessoas, que acabaram por se sentirem ultrajadas na sua honra.

Assim, pretendemos verificar se houve uma relação direta entre crise e contestação nos três países que tiveram ajuda externa e se esta crise devolveu a centralidade aos problemas materiais no protesto público europeu, nomeadamente por, em termos temporais, estarmos já longe da conflitualidade típica da sociedade industrial e pós-industrial (Touraine, 1983; Habermas, 1984) e vivermos numa sociedade da informação e da comunicação em rede (Castells, 1999), e como Portugal se integrou nesta mesma onda de contestação europeia.

2. A crise de 2008

A crise de 2008 teve origem nos Estados Unidos da América no mercado imobiliário de hipotecas de *subprime* (crédito hipotecário de alto risco) e depressa se estendeu ao resto do mundo. No início deste milénio os bancos americanos concediam taxas de juro muito baixas o que incitou a população a recorrer ao crédito para habitação. O sonho da casa própria atraiu as classes médias baixas estadunienses. O financiamento imobiliário a este grupo de clientes, chamados de NINJA (no income, no job, no assets) era de alto risco por estar garantido pelo trabalho e por rendimentos variáveis.

À medida que as taxas começaram a subir, os valores a pagar tornaram-se incomportáveis, as prestações das casas foram deixando de ser pagas e as garantias desapareceram. O preço das casas baixou drasticamente. A desvalorização dos imóveis acentuou-se de dia para dia e com eles os ativos relacionados às hipotecas de *subprime*.

Os bancos concediam baixos créditos, devido à existência de empresas (agências hipotecárias) como a Federal National Mortgage Association (popularmente conhecida como Fannie Mae) e a Federal Home Loan Mortgage Corporation (popularmente conhecida como Freddie Mac) que compravam aos bancos estes empréstimos (títulos hipotecários), permitindo aos bancos continuar com os seus créditos à habitação (Roque, 2013). Por sua vez, estas empresas vendiam produtos estruturados indexados ao mercado imobiliário a outros bancos. Por conseguinte, através destas “inovações financeiras” as entidades bancárias conseguiram retirar os créditos imobiliários dos seus balanços, porque outras instituições financeiras, o chamado *shadow banking system*, no qual se enquadravam bancos de

investimentos independentes (hedge funds), os fundos de pensões e seguradoras, ficaram com esses ativos.

Estas instituições não estavam sujeitas aos Acordos de Basileia, pois estes só se aplicam, no caso americano, a bancos com operações internacionais.

O 1º Acordo de Basileia é de 1988, e estabeleceu que, para cada 100 dólares de empréstimos, as reservas teriam de ser de 8 dólares. Entretanto, a complexidade do sistema financeiro levou a alterar as regras simples do Acordo. Em 2004, o Basileia II, estabelecia que a qualidade do capital é que definia a quantidade de reservas, e a qualidade era aferida por uma agência de notação. A partir daqui, segundo Paul Mason, as “agências de notação avaliaram os ativos incorretamente; as firmas de advogados conceberam veículos complexos para contornarem as regras de transparência” (2016: 43). Segundo o mesmo autor, a moeda fiduciária (desde 1971, existia um acordo que fixava todas as divisas ao dólar, e este ao ouro) quando combinada com economias de mercado livre é uma máquina de produzir ciclos de expansão e recessão (p.49).

A recessão na banca não tardou. Um dos bancos de investimento, o Lehman Brothers, nos anos 90 apostou cada vez mais em produtos financeiros derivados da área imobiliária. Em 2007, a situação do banco era frágil e no início de 2008, as suas ações tinham caído cerca de 73%, motivadas pela desvalorização dos seus ativos do sector imobiliário. O banco perdeu 3,9 mil milhões de dólares em 3 meses. Por causa do investimento nos créditos hipotecários de alto risco, um banco com 158 anos de existência, que resistiu à Grande Depressão dos anos 30 e a crises posteriores, declarou falência a 15 de setembro de 2008 (Jornal Público 15/09/2008).

Dos Estados Unidos a crise depressa se espalhou pela Europa, e alguns países tiveram que pedir ajuda externa para não entrar em bancarrota, foi o caso da Grécia, Irlanda e Portugal.

3. Crise e contestação na Grécia, Irlanda e Portugal

3.1. A Grécia

A crise económica na Grécia iniciou-se no final de 2009, início de 2010, quando as agências de rating Moodys, Fitch e Standard&Poor's alertaram para os problemas de crescimento do déficit público do país. O endividamento da Grécia tinha crescido ao longo da última década, motivado pelos gastos públicos, aumento dos salários dos funcionários públicos, gastos com pensões e evasão fiscal. O seu déficit era já superior a 3% antes da crise de 2008, após esta, aumentou consideravelmente e criou desconfiança nos mercados em relação à sua dívida pública, o que fez aumentar os juros, tornando os empréstimos que contraía mais onerosos. O endividamento foi de tal ordem que poderia levar ao não pagamento da sua dívida externa. A moratória grega poderia contaminar toda a zona euro.

Para minimizar tal situação, o governo grego adotou algumas medidas de contenção, para controlar os gastos públicos e aumentar as receitas. Como o déficit não diminuiu, o executivo teve de recorrer a ajuda externa, em abril de 2010.

A Grécia foi aceite como membro da Comunidade Económica Europeia em 1981, numa altura em que este país estava a viver um período de algum florescimento económico, após se ter libertado da ditadura militar. Apesar disso, a sua inclusão na C.E.E aconteceu mais por razões geoestratégicas (devido à Guerra Fria) do que propriamente por cumprir os requisitos de adesão (Fernandes, 2006). Em 2001, a Grécia foi aceite na zona euro e, como tal, foi considerada mais segura para investimentos, o que fez crescer o seu PIB (produto interno bruto), mas também os gastos. Depois de 2008 a situação ficou descontrolada. A ajuda externa veio através da *Troika* (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu, Comissão Europeia), mas não sem contrapartidas. A Grécia teria de tomar providências de austeridade. Para cumprir o acordo de resgate, o governo grego anunciou um conjunto de medidas “draconianas” como aumento de impostos, redução de salários e pensões, privatizações, entre outras, cujo impacto social foi de tal ordem que trouxe os gregos para as ruas e praças das principais cidades para se manifestarem e protestarem contra tal austeridade (Grigoriadis, 2013).

De 2010 a 2012 houve uma constante agitação social, isto porque o primeiro resgate foi insuficiente e foi preciso um novo resgate, o que implicou mais restrições. A crise estava a ficar descontrolada e a contestação foi permanente na praça Syntagma, e noutras praças do país, com movimentações espontâneas de cidadãos que se reuniam em defesa da Democracia, como outrora os seus antepassados se reuniam na *Ágora* para exercerem a Democracia, a par de manifestações organizadas.

Os movimentos organizados, liderados pelos Sindicatos, organizaram, entre 2010-13, nove greves gerais que praticamente pararam os setores da indústria, comércio, a administração pública, transportes, agravando a já débil economia grega (Lima e Artiles: 2014).

As manifestações ocorriam nas maiores praças e ruas de Atenas e das principais cidades da Grécia. A praça Syntagma foi palco das maiores manifestações, muitas delas acabaram em violência. Os manifestantes, sobretudo jovens, atiravam pedras e bombas às autoridades, partiam janelas, incendiavam caixotes de lixo e edifícios. Para conter a situação a polícia lançava gás lacrimogéneo e prendia alguns manifestantes (Jornal Sol, 15/06/2011). Em 2012, a contestação aumentou devido à necessidade que a Grécia teve de um 2º resgate, tendo o Parlamento que aprovar mais austeridade para o receber. Os protestos foram ainda mais violentos, com confrontos entre manifestantes e polícia de que resultaram incêndios em vários edifícios do centro de Atenas e algumas detenções (El País, 12/02/2012).

Em abril, o episódio do farmacêutico reformado, de 77 anos, que se suicidou em plena praça Syntagma, em frente do Parlamento, tendo deixado uma carta manuscrita em que manifestava o seu desespero pelas medidas de austeridade, acentuou mais os protestos (El Mundo, 4/04/2012).

Nesta contestação, embora se destacassem os jovens pela sua rebeldia e irreverência, havia gente de todas as idades. Adultos desempregados que não tinham como sustentar a família, reformados a quem eram reduzidas as pensões e os mais novos que não tinham emprego ou que viviam precariamente.

A par dos problemas económicos o que revoltava os cidadãos era a falta de resposta das instituições políticas. Estanque vê mesmo na ineficácia das políticas públicas a causa fundamental da conflitualidade dos últimos anos (Estanque, 2014).

3.2. A Irlanda

Em novembro de 2010 foi a vez da Irlanda pedir a ajuda internacional, embora o desenvolvimento económico das últimas décadas não o fizesse prever. No entanto, as causas que levaram a Irlanda a entrar em crise não terão sido as mesmas das da Grécia. Não foram razões estruturais mas a sobre-exposição ao imobiliário e à banca americana que fez submergir a economia irlandesa.

Desde os anos 90 um conjunto de programas governamentais de desenvolvimento económico foi implementado neste país. Os setores industrial, comercial, fiscal e educacional foram alvo de reestruturação e incremento. O resultado foi que o país que, em 1973, entrou na Comunidade Económica Europeia como um dos mais pobres do grupo, na década de 90 era considerado o “tigre celta” europeu. Este título foi conquistado graças à dinâmica e desenvolvimento da sua economia, que crescia a uma média de 7% ao ano, e por analogia com os Tigres Asiáticos, as «economias emergentes» de Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coreia do Sul. A mudança de uma política protecionista para outra mais liberal em termos de fiscalidade e burocracia atraiu grande investimento estrangeiro, sendo a Irlanda considerada o verdadeiro “paraíso” dos investidores. A criação do mercado único europeu ainda veio intensificar mais as ligações deste país com o exterior.

Este clima de prosperidade que se vivia na Irlanda propiciou o investimento no imobiliário. A população a crescer e as taxas de juro ao empréstimo a diminuir foram fatores de incentivo à demanda de imóveis. As construtoras proliferavam e a economia acabou por se alavancar neste setor, vulnerabilizando as finanças do país. A crescente procura de casas fez aumentar substancialmente os preços mas como os bancos mantinham as taxas atrativas o negócio imobiliário continuava, embora, a partir de 2005, com uma evidente diminuição da procura. As fragilidades económicas começaram a evidenciar-se quando, em 2008, aconteceu a crise financeira internacional, desencadeada com o *subprime* nos Estados Unidos. Como a exposição da economia irlandesa aos mercados internacionais era grande, o reflexo do que aconteceu na América depressa se fez sentir neste país, gerando o caos económico (Lane, 2011).

Os empréstimos descontrolados dos anos anteriores criaram uma “bolha imobiliária” e os setores imobiliário e financeiro ficaram à beira da ruína. A agudizar a situação deu-se a quebra do Lehman Brothers, ao qual a banca irlandesa estava exposta.

A crise instalou-se. O produto Interno Bruto (PIB) caiu 7% em 2009 e não se alterou em 2010 e o défice subiu em flecha, atingindo os 32%. O governo irlandês acorreu para salvar os bancos da falência, ao mesmo tempo que teve que socorrer os desempregados, deixando as contas públicas em total desequilíbrio. A solução (final de 2010) foi pedir ajuda ao Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional e iniciar um plano de austeridade drástico.

A crise irlandesa resultou da junção de uma conjuntura interna e externa desfavorável. À crise económica mundial e à desaceleração comercial juntaram-se o colapso do setor da construção e imobiliário, fruto da fraca regulação financeira. De crise económica, depressa se tornou numa crise social e, tal como na Grécia, rapidamente a agitação tomou as ruas, embora de forma menos agressiva, se comparada com a Grécia ou até Portugal.

Kieran Allen, secretário nacional do SWP (Socialist Work Party), numa entrevista ao Socialist Workers cita uma frase de Trotsky para explicar uma maior passividade dos irlandeses: “Sob um conjunto de condições a crise pode dar um impulso poderoso à atividade revolucionária das massas trabalhadoras; sob um conjunto diferente de circunstâncias pode paralisar completamente a ofensiva do proletariado”. E explica que o que paralisou o povo foi o grande crescimento dos anos 90, o título “tigre céltico” produziu uma “cultura pró capitalista”, cuja mensagem constante era “privado é bom, público é mau”. O *slogan* ganhou força porque muitos trabalhadores viram o seu nível de vida melhorar com pouca necessidade de luta coletiva. Além disso, a situação agravou-se com a fraqueza histórica da esquerda irlandesa, o que não aconteceu na Grécia, por exemplo. Portanto, os “trabalhadores irlandeses, entraram na crise ideologicamente desarmados. Em geral, não tinham nenhuma compreensão já pronta para ver isto como uma crise capitalista” (Esquerda.net, 18/12/2011).

De acordo ainda com Allen os acordos tripartidos (alguns sindicatos, associações patronais e governo), alinhou a política do movimento sindical irlandês com as necessidades do capitalismo nacional, logo quebrou alguns apoios organizativos chave dos trabalhadores (Esquerda.net, 18/12/2011).

Apesar disso, houve manifestações desde o final de 2010, e com alguma intensidade em 2011. Formaram-se movimentos de cidadãos institucionais como a “Enough Campaign”, que incorporava organizações políticas, deputados, sindicatos, movimentos sociais, independentes. E movimentos mais espontâneos como “Occupy Dame Street” (ocupou a praça em frente ao Banco Central em Dublin) ou o movimento de jovens universitários que ocuparam as ruas de Dublin, entoando cânticos como “No if, no buts, no IMF cuts” (Não se's, não mas, não aos cortes do FMI) em protesto contra os cortes orçamentais na área do ensino e o aumento exponencial do valor das propinas.

Aqui igualmente se verificou a junção de movimentos organizados com outros apertados em marchas contra a austeridade, tendo surgido coletivos como o “Alliance Against Austerity”, com o

objetivo de promover marchas e manifestações como a que organizaram em frente do Parlamento em 6 de dezembro de 2011 (esquerda.net, 18/1272011).

Na Irlanda, tal como aconteceu noutros países da Europa, o objetivo dos participantes foi lembrar os seus direitos democráticos e reivindicar o fim da austeridade. Portugal participou deste movimento contestatário.

3.3. Portugal: os movimentos portugueses de 2012

Portugal ainda resistiu mais uns meses que os países referidos anteriormente antes de ser intervencionado, mas em 6 de abril de 2011, teve, de forma idêntica, que recorrer à ajuda externa para solucionar a crise financeira em que tinha mergulhado. O governo, então liderado por José Sócrates, tentou através dos vários Planos de Estabilidade e Crescimento (PECS), com cortes no investimento público, privatizações e deflação salarial, conter a crise (Costa & Caldas, 2013), mas sem sucesso. A incapacidade de pagar a dívida pública, de baixar o déficit público e a necessidade de obtenção de fundos para injetar em empresas públicas, tecnicamente falidas, deixou o primeiro-ministro de Portugal, sem outra alternativa que não fosse a de assinar um memorando de entendimento com a *Troika*. As medidas acordadas entre a *Troika* (FMI, BCE, EU) e o governo português previam uma extrema austeridade, o que levou os portugueses a protestarem nas ruas.

Nas eleições de 5 de junho de 2011, José Sócrates saiu derrotado e cedeu lugar a Pedro Passos Coelho, líder do Partido Social Democrático (PSD), mas a impossibilidade de este governar em minoria parlamentar levou-o a um acordo de governação com o Partido Popular (PP), liderado por Paulo Portas. Já com a intervenção externa, o governo de Pedro Passos Coelho decidiu tomar novas medidas para cumprir a meta do défice em 2011. A 30 de junho de 2011, o primeiro-ministro, quebrando a promessa eleitoral de não aumentar impostos, anunciou, no Parlamento, um imposto extraordinário sobre os rendimentos, equivalente a 50% do subsídio de Natal. Nos meses seguintes aumentou ainda o preço dos transportes públicos, o IVA sobre o gás e a eletricidade e anunciou o corte dos subsídios de férias e Natal aos funcionários públicos e pensionistas com vencimento superior a mil euros, durante a vigência do programa da *Troika*. A 20 de novembro de 2011, o Parlamento aprovou o aumento para 25% das taxas liberatórias sobre os juros, dividendos e mais-valias mobiliárias, em sede de IRS e IRC. Já em 2012, a entrada em vigor do novo orçamento impôs um conjunto de novas medidas. As despesas de saúde passavam a ser dedutíveis em sede de IRS, mas apenas em 10%. As despesas com a habitação eram dedutíveis, não em 30% do seu valor, mas em 15%. O Governo reestruturou e “racionalizou” as listas de bens e serviços sujeitos a IVA e destinou a taxa intermédia de 13% a sectores que Pedro Passos Coelho classificou de “cruciais” para a produção nacional, não incluindo nesse grupo a restauração. Aumentou ainda o preço da eletricidade, o imposto sobre veículos (ISV), e o imposto

Municipal sobre Imóveis e sobre os cigarros. A 1 de fevereiro, voltaram a subir os preços dos transportes públicos.

O então ministro das Finanças, Vítor Gaspar anunciou, a 30 de abril, que o Governo previa que os subsídios de férias e Natal, cujo pagamento foi suspenso, comessem a ser repostos a partir de 2015, a um ritmo de 25% por ano. Em julho, o Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade da suspensão dos subsídios de férias e Natal, por violar o princípio da igualdade, mas o acórdão só teria efeitos em 2013 (Público, economia7-09-2012). Em virtude de tal medida, o primeiro-ministro anunciou um aumento na contribuição de todos os trabalhadores para a Segurança Social.

Tais medidas levaram a que Portugal vivesse uma vaga contestatária como há muito não acontecia. As manifestações no espaço público começaram antes da intervenção estrangeira com o movimento “Geração à Rasca”, já motivado por questões de emprego e justiça social (Estaque e outros, 2013). Em 15 de outubro de 2011 muitos portugueses saíram à rua em cerca de 9 cidades do país e gritaram: “Fora, fora daqui, a fome, a miséria e o FMI”. Em Lisboa, além das palavras acima, ainda se ouviu com veemência a frase: “Passos, ladrão, não levas um tostão”. Em 15 de outubro, os portugueses aderiram ao *Global Day of action*, à manifestação internacional pela mudança global. Este protesto ocorreu em 82 países, sendo que as maiores manifestações na Europa ocorreram em Espanha, Itália e Portugal. No nosso país, esta manifestação não teve um cariz tão espontâneo e apartidário como a “Geração à rasca”, este movimento foi convocado por 41 coletivos, muitos deles ligados à esquerda radical e embora a organização aponte para cerca de 100 mil participantes esteve longe do movimento anterior.

Entre os vários protestos ocorridos, alguns foram organizados pelos Sindicatos. Em 24 de novembro de 2011, houve uma greve geral em Portugal, tendo a manifestação sido organizada pela CGTP e UGT, por motivos relacionados com as medidas de austeridade previstas no Orçamento de Estado de outubro de 2011. Estava previsto cortes de salário, a eliminação de feriados e o aumento do horário de trabalho. Este protesto organizado contou com a participação de movimentos espontâneos como o dos Precários e estudantes (Soeiro, 2014:69), o que revela a coexistência de “velhas” e “novas” formas de ação.

Em 2012 repetiu-se o ciclo de protestos, incorporando no repertório de ação disponível novas modalidades (Tarow, 1995), nomeadamente as novas tecnologias para a mobilização para a ação. Em 12 de maio de 2012 ocorreu o movimento designado de “Primavera Global”, organizada pelo movimento “Indignados” que mobilizou cidadãos em mais de 250 cidades espalhadas pelo mundo, em protesto contra as medidas de austeridade, por uma democracia real, mais justiça social, distribuição da riqueza e ética pública (Jornal Sol). Apesar da organização sindical, a manifestação, na capital, não ultrapassou as mil pessoas. Em maioria, entre os participantes, estavam os jovens, empunhando cartazes contra a precariedade e críticas ao governo de Passos Coelho (esquerda.net)

A grande manifestação anti-austeridade ocorreu em 15 de setembro de 2012. Nesse dia, por todo o país, juntaram-se nas praças mais emblemáticas de cada cidade portuguesa milhares de pessoas (Babo & Silva, 2016). Estima-se que cerca de um milhão de portugueses saíram às ruas, só na capital seriam cerca de 500 mil pessoas. Foi o maior protesto ocorrido no país depois da revolução do 25 de Abril.

A sua ação foi contra as medidas de austeridade impostas pela *Troika*, consideradas um saque, e que estavam a conduzir os portugueses e o país à pobreza e à degradação, Mais de um ano de austeridade sob intervenção externa, sem melhorias à vista. Segundo os manifestantes “quem se resigna a governar sob o memorando da troika entrega os instrumentos fundamentais para a gestão do país nas mãos dos especuladores e dos tecnocratas, aplicando um modelo económico que se baseia na lei da selva, do mais forte, desprezando os nossos interesses enquanto sociedade, as nossas condições de vida, a nossa dignidade” (queselixeatroikablogspot.pt).

Neste movimento foram enfatizados valores como a dignidade e Democracia, repetidos nas mobilizações seguintes. Foi um movimento que não se esgotou numa única ação coletiva mas que obedeceu a todo o repertório de um movimento social: campanha, ação, Wunc (Tilly, 2004), evidenciando o carácter modular (Tarow, 1998) utilizado noutros movimentos e contextos, transposto para o caso português, sem que este perdesse a sua singularidade nacional (Babo & Silva, 2016:188).

Em 13 de outubro, o movimento “Que se lixe a Troika” organizou novos protestos, invocando serem manifestações culturais, que mobilizaram muitos artistas em várias cidades do país, e se integrou no internacional *Global Noise* (protesto contra as medidas de austeridade). Os organizadores enfatizaram a forma como o povo venceu o medo em 15 de setembro e apelaram à participação “em todas as formas de resistência e pressão que nos próximos 15 dias vão tomar forma, até derrubarmos este orçamento, esta política e este governo”.

Em 14 de novembro de 2012, a CGTP organizou uma greve geral com o objetivo de lutar pela salvaguarda dos interesses dos trabalhadores e do povo e quinze dias depois a Confederação Europeia dos Sindicatos marcou para a mesma data um dia de ação, que reuniu cerca de 40 organizações sindicais. O mote foi «pelo emprego e a solidariedade na Europa, não à austeridade». A greve geral da CGTP acabou assim por ter mais visibilidade, pois outros sindicatos e movimentos sociais que não apoiaram a iniciativa da CGTP acabaram por aderir à ação sindical europeia (Dias e Fernandes, 2016: 47). Desta forma, juntaram-se à central sindical CGTP a UGT e movimentos como os Precários Inflexíveis, os Intermitentes do Espetáculo, os Estudantes pela Greve, a Plataforma 15 de outubro, os Estivadores, os Cidadãos pela Dignidade ou o Movimento 12 de março (Soeiro, 2014:71). Os protestos acabaram em confronto entre polícia e manifestantes em frente ao Parlamento.

Em Portugal, à semelhança dos países intervencionados a contestação foi intensa entre 2011-2013. Um estudo de 2013 (Ortiz et al.) demonstrou que houve um aumento de protestos a nível mundial neste período crítico de crise. Os autores deste estudo analisaram 843 protestos em todo o mundo, num

total de 84 países, cobrindo uma área de 91,9% da população e concluíram que a larga maioria dos protestos aconteceu em países de nível de desenvolvimento mais elevado, nomeadamente a Europa. A maioria dos protestos (488) teve como causa a justiça económica, foram anti-austeridade.

Nos países aqui analisados, a causa direta de muitos dos protestos foi a crise económica e as medidas de austeridade adotadas pelos governantes para a solucionar, suprimindo alguns direitos conquistados ao longo do tempo pela ação de vários movimentos sociais. Contudo, uma análise estrutural demonstra que a insatisfação é bem mais profunda e está relacionada com o modelo político-económico da sociedade contemporânea europeia. Os protestos emergiram por causa da crise, mas não só, foram também resultado das respostas que os sistemas políticos deram à crise (Della Porta, 2012). Nestes países, e noutros, os cartazes apelando à democracia real eram erguidos pelos manifestantes, numa demonstração de que a democracia representativa estava a privilegiar as elites, os 1% da população em vez dos 99%. Por isso, os que estavam sobrecarregados com as medidas de austeridade, os que estavam desempregados, os precários ou os que não encontravam o 1º emprego, vieram para as ruas gritar “we are de 99%”. Eram 99% que estavam insatisfeitos com as respostas das instituições e políticas públicas aos problemas económicos e que estavam descontentes com o modelo democrático.

Como refere Slavoj Zizek: “o que une esses protestos é o fato de que nenhum deles pode ser reduzido a uma única questão, pois todos lidam com uma combinação específica de (pelo menos) duas questões: uma económica, de maior ou menor radicalidade e outra político-ideológica” (2013: 1).

4. Reflexão Final

A crise económico-financeira associada às novas tecnologias de comunicação contribuiu para a disseminação espaço-temporal da ação coletiva na Europa entre 2011-2012.

Nas manifestações analisadas na Grécia, Irlanda e Portugal há uma relação direta entre os problemas económico-financeiros que se sentiam nestes países, com uma austeridade intensa, e a onda de contestação que varreu os seus espaços territoriais, trazendo para as ruas e praças das suas cidades milhares de pessoas. Também se verifica que os problemas económicos voltaram a estar na base das preocupações dos cidadãos, mostrando que estes adquiriram novamente centralidade na contestação, embora com características distintas das que existiam no movimento operário. O agravamento efetivo das condições de vida trouxe para a rua os grupos mobilizáveis pelas organizações institucionais (sindicatos, partidos...), que se manifestavam por causa de reduções salariais e/ou desregulação nas relações laborais, ou cortes em benesses sociais, mas igualmente aqueles que foram mobilizados de forma espontânea através das redes sociais: os jovens, os precários, os desempregados.

Muitos destes, que protestavam, eram pessoas com um nível de escolarização elevado, correspondente a uma classe média que queria usufruir das benesses económicas equivalentes à sua

formação, mas que se viu limitada nos seus direitos e expectativas, daí o profundo sentimento de frustração e injustiça com a redefinição de *status* introduzida pela austeridade (Estanque, 2014:54).

Os problemas económicos foram a causa imediata para a ação coletiva, mas o desencantamento e a insatisfação com os sistemas políticos e a democracia representativa foram as causas remotas, como demonstraram os manifestantes ao reclamarem por uma democracia real, que exigia não apenas uma boa governação e representação, mas uma participação direta e uma sociedade em que os princípios da liberdade e igualdade não se confinassem às leis e instituições mas que fossem valores efetivos na vida quotidiana (Ranciére, 2006).

Portugal, inseriu-se nesta tendência contestatária europeia e global que recolocou os problemas materiais no centro dos protestos, utilizando o mesmo repertório inovador, em que as ações coletivas programadas e conduzidas por atores específicos foram convivendo com novas formas de ação social, muitas vezes sem líderes, sem organização, sem sede, e que recorreram às redes sociais como forma de mobilização.

A ação coletiva portuguesa não ficou restrita à escala nacional, a organizações ou a grupos específicos, mas tornou-se global pela partilha de dificuldades e pela busca de valores comuns, inspirando protestos posteriores.

5 – Bibliografia

Babo, I., Silva, C.T. (2016). Redes sociais e mobilizações públicas. O movimento de 15 de Setembro. *Atas Congresso Internacional Ibero americano em investigação qualitativa*. Volume 3, 182-192.

Caldas, J. C. (2015). Desvalorização do trabalho: do Memorando à prática. *Cadernos do Observatório*, 6. Observatório sobre Crises e Alternativas, Lisboa: Centro de Estudos Sociais.

Castells, M. (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Costa, A., & Caldas, J. C. (2013). A União Europeia e Portugal. Entre Os Resgates Bancários e a Austeridade: Um Mapa das Políticas e das Medidas. In *A Anatomia da Crise: Identificar os problemas para construir as alternativas*. Observatório sobre Crises e Alternativas. Lisboa: Centro de Estudos Sociais, 72-107.

Della Porta, D. (2012), “Cercando la política: protesta e democrazia”, *La Rivista Il Mulino*, 2, 314-320.

Dias, H., Fernandes, L. (2016). A greve geral de novembro de 2012 e os protestos anti-austeridade – análise a partir do caso português. *International Journal on Working Conditions*, nº.11, June, 37-54.

- Estanque, E. (2014). Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011 □2013). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 53□80.
- Estanque, E. Costa, H.A., Soeiro, J. (2013). The new global cycle of protest and the portuguese case. *Journal of Social Science Education*. Vol.12, nº1, 31-40.
- Fernandes, J.P.T. (2006). A Grécia Moderna e o Ocidente. In *História*, nº 87, 24- 41.
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Grigoriadis, I.N. (2013). A Grécia e a Crise do Euro: da beira do colapso à inevitável reforma. *Cadernos Adenauer*, XIV, nº1,73-80.
- Keynes, J.M. (1972). *Essays in persuasion*. London: Macmillan (The collected writings of John Maynard Keynes, v. 9).
- Lane, P. R. (2011). *The Irish Crisis – IIS Discussion Paper*. Dublin: Trinity College Dublin and CEPR.
- Lima, M.L.C e Artiles, A.M. (2014). Descontentamentos na Europa em tempos de austeridade: da ação coletiva à participação individual no protesto social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 137-172.
- Mason, P. (2016). *Pós-Capitalismo*. Lisboa: Objectiva.
- Ortiz, I., Burke, S., Berrada, M., Cortés, H. (2013). *World Protests 2006 - 2013*. New York: Friedrich Ebert Foundation.
- Rancière, J. (2006). *Hatred of Democracy*. London: Verso.
- Roque, L.(2013). *Como ocorreu a crise financeira Americana*. Mises Brasil.
- Silva, C.T. (2012). Dos “antigos” aos “novos” movimentos sociais. In *Atas do Congresso Crises e Reconfigurações. Sessão temática: Globalização, política e cidadania*, Porto, 19 a 22 junho de 2012 (pp. 1-10).
- Soeiro, J. (2014). Da *Geração à Rasca* ao *Que se Lixe a Troika*. Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVIII, 2014, 55 – 79.
- Tarrow, S. (1995). Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention”, in Mark Traugott (Ed.), *Repertoires and Cycles of Collective Action*. Durham: Duke University Press, 89-116.
- Tarrow, S. (1998). *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Thompson, E. P. (1983). La Economía «Moral» de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona: Crítica, 1979.

Tilly. C. (1986). *La France conteste de 1600 á nos jours*. Paris:Fayard.

Tilly, C. (2004). *Social movements – 1768-2004*. London: Paradigm Publishers.

Touraine, A. (1983). *Le retour de l' acteur*. Paris: Fayard.

Zizek, Slavoj (2013), *Problemas no Paraíso*, Disponível em:blogdaboitempo.com.br.

Jornais

Público, 15 de setembro de 2008, consultado a 29 de agosto de 2017

<https://www.publico.pt/2008/09/15/economia/noticia/lehman-brothers-um-dos-maiores-bancos-dos-eua-declara-falencia-1342751>

Esquerda.net (18/12/2011), consultado em 23/8/2017

<http://www.esquerda.net/en/node/21133>

<http://www.esquerda.net/dossier/nas-ruas-contra-austeridade>

<http://www.esquerda.net/artigo/clone-milhares-nos-protestos-do-15-de-outubro-em-portugal>

<http://www.esquerda.net/artigo/primavera-global-marchou-em-lisboa/23121>

El País (12/02/2012), consultado em 24/08/2017

https://economia.elpais.com/economia/2012/02/12/actualidad/1329075765_255269.html

El Mundo (4/04/2012), consultado em 24/08/2017

<http://www.elmundo.es/economia.html>

J.N (13 de outubro de 2012)

<http://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/interior/tachos-e-panelas-contra-a-troika-no-porto-2826963.html>